

PROJETO DE LEI Nº 4.326 DE 2021

Dispõe sobre a criação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , DE 2023 (Sr. Leonardo Monteiro)

Dê-se a seguinte redação ao inciso VI no Art. 2º do Projeto de Lei nº 4.326 de 2021:

“Art. 2º O FUGET é constituído pelos seguintes recursos:

(...)

VI – depósitos recursais efetuados a partir da promulgação dessa lei pelo devedor na respectiva ação trabalhista da qual resulte o valor a ser creditado através do Fundo.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei (PL) nº 4.326/2021 visa criar e regulamentar o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FUGET), tendo supedâneo do disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, que prevê que “*A lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas*”.

O PL em questão visa proporcionar aos trabalhadores método rápido e eficaz de recebimento de seus créditos trabalhistas reconhecidos pelas decisões condenatórias transitadas em julgado na Justiça do Trabalho.

Ademais, o inciso VI do Art. 2º traz disposição que merece atenção e o presente destaque, vez que pode modificar o destino e gestão dos valores referentes aos depósitos recursais trabalhistas.

Sabe-se, pois, que antes do advento da Lei nº 13.467/2017 que alterou a CLT, a previsão do Art. 899 dispunha que os depósitos recursais deveriam ser feitos “*na conta vinculada do empregado a que se refere o Art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, aplicando-se-lhe os preceitos dessa Lei observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º*”.

Após a Reforma Trabalhista, os aludidos depósitos recursais passaram a ser efetuados na forma vigente: em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança, nos termos do Art. 899, § 4º da CLT.

Analisando-se, pois, a disposição no PL em questão, a interpretação ampla e prévia a qualquer regulamentação induz o entendimento que todos os valores atualmente depositados em contas recursais, montante esse que compõem saldo das contas vinculadas, e por conseguinte, o próprio FGTS, deverão ter seus recursos transferidos ao FUGET, nos termos do Art. 2º, VI, para composição.

Assim sendo, necessário fixar a limitação temporal, no sentido de não impactar o FGTS com a transferência do saldo em contas recursais ao FUGET, o que torna imperativa a sugestão contida na emenda modificativa apresentada.

Apresentação: 05/10/2023 18:20:42.470 - CTRAB
EMC 1/2023 CTRAB => PL 4326/2021
EMC n.1/2023



Sala da Comissão, 05 de outubro de 2023

Leonardo Monteiro - PT/MG
Deputado Federal

Apresentação: 05/10/2023 18:20:42.470 - CTRAB
EMC 1/2023 CTRAB => PL 4326/2021

EMC n.1/2023

